

# CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TOPÔNIMO BATATAIS

Walter CARDOSO

## 1 - INTRODUÇÃO

Em texto descritivo básico dos municípios brasileiros (FERREIRA, 1958: Vol. XXVIII, p. 129), registra-se que:

"A origem do nome Batatais crê-se que seja oriunda das extensas plantações de batatas feitas pelos índios e descobertas, em gostosa surpresa, pelos primeiros habitantes.

Crê-se também que a origem seja tupi: MBOITATA (ou Baitata) - cobra de fogo, que na crença dos índios, era o gênio que protegia os campos contra os incêndios."

Não se pode dizer que tais crenças sejam totalmente destituídas de fundamento. Todavia, um exame de documentos, associado a uma revisão de fatos históricos, permitem a elaboração de uma terceira hipótese, acerca da origem desse, topônimo. É o que se passa a examinar, neste texto.

## 2 - AS "NOTÍCIAS" DE SILVA BRAGA

A partir de inícios do século XVIII, tornara-se por demais evidente a necessidade da elaboração de mapas do Brasil, onde as diversas longitudes fossem registradas, com a maior precisão possível. Por certo, os portugueses tinham consciência de que a Colônia do Sacramento, por eles estabelecida à margem esquerda do estuário do Prata, situava-se além da linha determinada pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Acrescente-se ainda as incursões que se faziam na Amazônia e penetrações do interior, estas sobretudo em busca de minas e assim compreender-se-á quão urgente se tornava a elaboração de um

novo tratado de fronteiras, o que veio a se fazer posteriormente em Madrid (1750). Urgia pois que se elaborassem tais cartas, a fim de que se defendessem os interesses portugueses na América.

Como em Portugal poucos estariam aptos a trabalhos cartográficos fundamentados em astronomia matemática, então imprescindível para a determinação de longitudes, - houve necessidade de se contratarem (1722) os padres jesuítas italianos Domingos Capaci (1694-1736?) e João Batista Carboni (1694-1750). Enquanto este permanecia no Reino, Capaci vinha para o Brasil, em companhia de seu companheiro de sotaina, Pe. Diogo Soares (1684-1748), este português. Cumpria-se o alvará de 18 de novembro de 1728, para que se passassem ao Brasil, onde deveriam elaborar mapas, não apenas das costas, mas também do interior da Colônia. Para tanto, por regimento de 30 de outubro de 1733, mandava-se que aos "padres matemáticos" fossem prestadas todas as informações disponíveis, acerca de roteiros e caminhos dos sertões.

Redigiram-se assim diversos textos, dentre os quais "Notícia que dá ao P. M. Diogo Soares, o Alferes José Peixoto da Silva Braga do que passou da primeira bandeira que entrou ao descobrimento das minas dos Guayazes até sair da Cidade de Belém do Pará", datado de 1734 (**Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.**, 1908: Tomo LXXIX, Parte 1ª, p. 219-33): Conforme se depreende do título acima, Silva Braga participou da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Moço, descobridor das minas dos Goiaes. Como se trata de um depoimento oficial, prestado por um sertanista, parece razoável que nele se fundamente boa parcela da argumentação aqui apresentada.

Por outro lado, considere-se também a reconstituição desse roteiro, elaborada pelo Major Henrique da Silva, profundo conhecedor da região das minas goianas, pois fora ele membro da Comissão Cruels (1892-1893), encarregada da demarcação do futuro Distrito Federal (Varnhagen, 1981: Vol. IV, p. 122-4).

### 3 - A VERSÃO "BAITATÁ"

Já não se duvida que a palavra em epígrafe - bem como suas variantes mboitatá, boi-tatá, etc. - sejam de origem tupi (CUNHA, 1983: p. 73). Aliás, já na carta redigida em São Vicente, no dia 31 de maio de 1560, o Padre José de Anchieta faz referência a **baé-tatá**, nome dado pelos índios ao gênio responsável por um fogo noturno (LEITE, 1954: Vol. III, p. 235). Posteriormente, o Padre Bernardes (1644-1710) registrou que, segundo relato do Padre José da Costa (1590-1681), jesuíta, - embarcado para o Brasil em 1620, onde permaneceu

até a morte, - vagavam pelo novo mundo espíritos como curópira, egpupiará "e outros nas praias do mar e ribeiras dos rios, que chamam baetató; estes levam diante de si fogo inquieto, que discorre a uma e outra parte" (s.d., Tomo I, p. 478).

Sabe-se hoje que tais relatos dizem respeito ao fogo-fátuo, combustão espontânea de gases que se formam em substâncias orgânicas em decomposição, fenômeno que naturalmente levou os indígenas - tão propensos à elaboração de mitologia influenciada por fortes impressões sensoriais - à crença de tal gênio ou espírito, Resta saber se essa palavra também era empregada pelos antigos habitantes da região de Batatais. Ora, sabe-se que se tratava de território caiapó e não tupi, portanto de língua diferente. Assim, já na "Notícia" do Alferes Silva Braga lê-se que houve dificuldade de entender os índios, "por ser diversa a língua da geral" (R. I. H. G. B. cit., p. 224). Aliás, ca-ia-pó seria o nome dado aos salteadores dos matos e, segundo Capistrano de Abreu, Ubirajara seria o nome tupi dos Caiapós, "que pertenciam a um grupo lingüístico diferente" (VARNHAGEN, 1981: Vol. I, p. 27).

Acrescente-se que dentre os mitos caiapós, exaustivamente estudados por Lukesch, - sobretudo aqueles relativos ao fogo, - nada se encontra que ao menos de longe lembre boitató (1976: p. 165-83). Teriam pois os Caiapós usado uma palavra tupi, para designar território por eles habitado? Difícilimo se acreditar que sim.

Todavia, resta ainda a hipótese de que esse topônimo tupi fosse dado à região por sertanistas paulistas, sobretudo mamelucos, que como se sabe, falavam fluentemente a língua tupi. Porém, é necessário fazer distinção entre a língua que se falou no século XVII e aquela do século seguinte. Com efeito, o íntimo contato dos habitantes da Capitania de São Vicente com o gentio, bem como a falta de mulheres brancas e uma certa tolerância de costumes, levou à formação do "país dos paulistas", onde a presença ponderável do mameluco, bem como do bugre, contribuíram para a prática corrente da língua do gentio.

Entretanto, uma vez descobertas as minas, ocorreu grande fluxo de reinóis, atraídos naturalmente pela possibilidade de enriquecimento quase imediato. Compreende-se assim as sucessivas proclamações do Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, proibindo a ida de forasteiros para as minas de Cuiabá, antes que ele lá chegasse. Na própria bandeira do Anhanguera, dos brancos, quase todos eram portugueses, um baiano e apenas cinco ou seis paulistas. Os adventícios passavam então a constituir quicá a maioria da população da Capitania.

É bem verdade que, segundo o Governador Paes de Sande, ainda na última década do século XVII, o filhos dos paulistas "primeiro sabem a língua do gentio do que a materna" (ANAIS BIB. NAC., 1921: Vol. XXXIX, p. 199). Mas é verdade também que casamentos de brancos com mamelucas - e por certo muito menos com índias - já não eram bem vistos. Pelo menos, é o que ocorreu com o ituano João Pires de Campos, no primeiro quartel do século XVIII, que por se casar com mameluca, causou "geral luto de sentimento aos seus parentes", que lamentaram a injúria; ou o caso-dos filhos mamelucos de Braz Esteves Leme, que não tiveram direito à herança do pai, pela "nobre qualidade" deste (LEME, s.d. II, 206 e III, 50).

O mameluco vai pois perdendo espaço para o branco e, conseqüentemente, a língua geral vai caindo em desuso. Esta ainda continuava a ser empregada, sobretudo nas alcunhas que se davam às pessoas, principalmente por suas anomalias físicas. Tal é o caso do Capitão-Mor Francisco Dias Siqueira, chamado por alcunha Apuçá, o que significa surdo (LEME, s. d., vol. II, p. 76). Aliás, segundo interessantíssima observação de Sérgio Buarque de Holanda, a alcunha tupi "Anhanguera" não pode ter sido dada a Bartolomeu Bueno pelos índios de Goiás, uma vez que estes não falavam a língua geral (Holanda, 1979: p. 92). O próprio Antônio da Silva Cardoso Pimentel, não escapou da pouca simpatia que os paulistas lhe devotavam. Despachado como Governador da Capitania de São Paulo sem caráter de Capitão-General, por certo não podia ele usar trajes militares, com tais insígnias. E como portasse uma casaca comprida, puseram-lhe os paulistas o cognome de casacuçu. Assim, a chamada língua da terra talvez ainda persistisse em certas camadas do povo, ao passo que ia aumentando a freqüência de alcunhas portuguesas, o que constitui indício de maior uso da língua metropolitana.

#### 4 - A VERSÃO "BATATAS"

É fora de dúvida de que a cultura de batata já era conhecida e praticada por pelo menos algumas tribos indígenas, com as quais os primeiros sertanistas tiveram contatos. Resta saber se o toponimo Batatais advém de tais culturas. Atentando-se para a "Notícia" de Silva Braga, verifica-se que aquém do Rio Grande não se encontraram índios e nem batatas. Estas, extraídas "de vinte e cinco batataes que tinham grandes" (R. I. H. G. B. cit, p. 224), foram encontradas - segundo o referido relato - bem adiante de Meia Ponte. Quanto a essa localidade (atual Pirenópolis), situada no Rio das Almas, é possível que tal toponimo advenha de uma grande pedra existente em ribeirão e situada no

Sítio Bonsucesso, dezoito léguas distante do primitivo arraial, "de maneira que ela serviu de metade de ponte, quando ali construíram" (MATTOS, 1979: p. 33-4).

Quanto à descrição dos alimentos vegetais encontrados pelos expedicionários, tais como o palmito "Jaguaroba", isto é, gurariroba, Henrique Silva situa-os onde inicialmente foi Mestre d'Armas (mas tarde chamada Planaltina). O mesmo se pode admitir da descrição ictiológica, sobretudo relativa a dourados, trairas e piabas, espécies encontradas na Região (VARNHAGEN, 1981: Vol. IV, p. 122).

Pelo exposto, tem-se que ser levado a crer que, no espaço compreendido entre os rios Pardo e Grande, não havia batatais. Todavia, o próprio termo "batatal" não poderia comportar outro sentido?

A darmos crédito a Pedro Taques, sim, comportaria. E o que se depreende de relato de descoberta de ouro, ocorrida possivelmente no Sutil, adjacências de Cuiabá, por Antonio de Almeida Lara, presumivelmente em 1722: ali, na superfície da terra, "estava toda a grandeza de folhetos não pequenos; de sorte que (...) se extraíram algumas arrobas de ouro, de cujo Batatal (assim se ficou chamando por serem as suas folhetas semelhantes a este legume)..." (LEME, s.d., Tomo I, p. 193). Portanto, os locais onde na superfície se encontravam folhetas de ouro, semelhantes às folhas de batateiras, eram chamados de "batatais". Aliás, trata-se de expressão então já divulgada em Portugal, pois segundo texto impresso em 1723, ficava-se sabendo que em Minas Gerais, - mais precisamente, na vila do Infante, - havia terra tão rica em ouro, "que acharam nela seus descobridores pedaços tamanhos como batatas, e por isso lhe chamaram o Batatal" (SANTA RITA, 1723: p. 237).

Acrescente-se que o topônimo Batatal ou Batatais foi pois comum, nas regiões onde ocorreu mineração. Assim, eis a Serra dos Batatais, entre Pilar e Ouro Fino, na Capitania de Goiás. Dada a própria topografia local, naturalmente tratava-se de área mais sujeita à mineração, do que às lides agrícolas; nos sertões de Pitangui, ocorreu a descoberta da mina do Batatal, "mais que todas, demasiadamente rica" VASCONCELOS, 1974: Vol. II, p. 129); no Distrito Diamantino, após 1773, as lavras do Batatal (SANTOS, 1976: p. 140); nas Minas Gerais, a "Lavagem do Batatal" (SOUZA, 1982: p. 184). Finalmente, ainda em inícios do século XIX, se fez referência ao "Batatal, entre os Arraiais de Ouro Fino e do Ferreiro" onde, para satisfação do Anhanguera, apareceu ouro em maior quantidade (D'ALINCOURT, 1975: p. 108).

## 5 - CONCLUSÃO

Pelo que fica registrado neste texto, não é fora de propósito concluir que:

1º) A palavra "Baitatá" - ou suas variadas formas de grafia - é de origem tupi e poderia sofrer corruptela para "batatais". Todavia, sabe-se que a atual Batatais não foi território habitado por Tupís, mas sim por Caiapós, que não falavam a língua geral. Além disso, se o tupi fora língua comum em São Paulo seiscentista, já não o era no século seguinte, este mais de reinóis adventícios, do que de mamelucos. Perde pois consistência a hipótese de que se trata de topônimo de origem tupi.

2º) Que a palavra "batatal" não deve ter dado origem ao topônimo que designa a cidade de Batatais, também, parece admissível, pois não há qualquer documento conhecido, que faça referências a tais plantações, na área em apreço. Além disso, sabe-se que "batatal" era expressão usada para designar o local onde se achava ouro de superfície, o que não ocorreu em Batatais.

Tais dúvidas, suficientemente consistentes, permitem que se levante ao menos outra hipótese, acerca da origem desse topônimo. Ei-la:

3º) É importante considerar que o termo batatais - repita-se - já era utilizado para se designar local onde havia ouro de superfície; que naquele tempo dos descobertos, não se elaboravam cartas geográficas, que indicassem o local dos achados e, além disso, possivelmente havia até uma preocupação em se manter segredo, pois aos descobridores prometiam-se sempre privilégios; que embora já em 1726 se concedesse a Bartolomeu Paes de Abreu a cobrança de direitos de passagem sobre os rios Mogi e Sapucaí, esse primo de Bartolomeu Bueno da Silva "jamais chegou a ver o prêmio de seus serviços" (LEME, s.d., Vol. I, p. 173), isto é, nunca pode cobrar tais direitos, portanto não foi à região; em 19 de junho de 1726, poucos dias antes de sua partida para a longa e penosa viagem as minas de Cuiaba, o Governador César de Menezes lançou bando determinando que se enviassem índios Carijós para os lugares do sertão, onde eles fossem necessários. Nesse documento, há referência aos "Batataes do Certão dos Guayazes, a servirem Sua Majestade ou para a povoação do Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catherina e para as mais partes onde me parecer conveniente..." (**DOCUMENTOS INTERESSANTES...**, 1895: Vol. XIII, p. 95-6). Já se viu linhas acima que nas adjacências de Cuiabá, Antônio de Almeida Lara descobriu, por volta de 1722, um Batatal e que nos Goiases havia também um Batatal ainda referido por D'Alincourt. Ora, Rodrigo

César de Menezes não faz referência aos Batatais do Caminho dos Goíases, caminho que naturalmente já existia, mas aos Batatais do Sertão dos Goíases, isto é, aos descobertos do Anhanguera, para onde os Carijós teriam utilidade.

Acrescente-se que a doação da sesmária situada nos Campos dos Batatais, "no primeiro ribeiro entre o Rio Pardo e Sapucaí", ocorreu em 5 de agosto de 1728 (**Sesmarias** vol. II, p. 515 e segs.). E, apenas em quatro meses do Governo de Caldeira Pimentel passaram-se mais de oitenta sesmarias! Pelo menos, essa é a informação prestada pelo Conde de Sarzedas, e 4 de março de 1734, quando este governava a Capitania de São Paulo (**DOC. INT.**, 1902: XL, p. 89-90). Seria possível a Caldeira Pimentel, em menos de um ano de Governo da Capitania, ter consciência de onde se situavam os "Campos dos Batatais", bem como de todas as sesmarias que se doaram naqueles quatro meses? É muito difícil admitir que sim.

\*

Pelo exposto, verifica-se que a palavra "Batatais", inicialmente empregada pelos mineradores como significado de local onde se encontrava ouro em superfície do solo, designou especificamente as adjacências do Arraial do Ferreiro, em Goíás, que deve ter sido o "Batatais dos Goíases". Posteriormente, por desconhecimento ou má fé do inescrupuloso Caldeira Pimentel, - a que se chegou a chamar de "filho espúrio de um Cônego da Sé de Lamego" (LEME, s.d., vol. III, p. 90). - a palavra passou a designar certa localidade situada nas adjacências do Caminho dos Goíases, que deu origem ao Batatais atual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANAIS da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1921, vol. XXXIX.
- BERNARDES, Manuel.** *Nova Floresta.* Porto, Lello & Irmão, s.d. 8 v.
- CUNHA, Antonio Geraldo da.** *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi.* São Paulo, Melhoramentos: Edusp, 1983.
- D'ALINCOURT, Luiz.** *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá.* Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, Edusp, 1975.

- DOCUMENTOS Interessantes sobre a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo, Arquivo do Estado, vol. XIII, 1895; Vol. XL, 1902.
- FERREIRA, Jurandir A. Pires (Org.). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1958.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil,** 13ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.
- LEITE, Serafim. Cartas dos primeiros Jesuítas do Brasil.** São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, Vol. III.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica.** São Paulo, Livraria Martins Fontes, s.d., 3 vols.
- LUKESCH, Anton. Mitos e vida dos Índios Caiapós,** trad. São Paulo, Pioneira: Edusp, 1978.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Goiás.** Goiana, SUDECO/ Governo de Goiás, 1979.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Tomo LXIX, parte 1ª, 1908.
- SANTAMARIA, Frei Agostinho. Santuário Mariano, e História das Imagens milagrosas de Nossa Senhora.** Lisboa Occidental, Antonio Pedrozo Galram, 1723.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do Distrito Diamantino.** Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, Edusp, 1976.
- SESMARIAS.** São Paulo, Arquivo do Estado. Vol. III.
- SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do Ouro.** Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil,** 10ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, Edusp, 1981, 3 vols.
- VASCONCELOS, Diogo/. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974, 2 vols.**